

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>
<p>Despacho</p>	<p>NP: c6h5id90 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 12/02/2019 Projeto de lei nº 17/2019 Protocolo nº 122/2019 Processo nº 92/2019</p>
<p>Autor: Dep. Dilmar Dal Bosco</p>	

Institui normas e critérios sobre a prática esportiva equestre de forma a garantir o bem estar dos animais no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre a prática esportiva equestre no território do Estado de Mato Grosso e determina as condições mínimas necessárias para garantir o bem estar animal nas competições, treino e manutenção continuada da saúde dos animais.

Artigo 2º - São expressões artístico-culturais, passando a ser consideradas manifestações de cultura estadual:

I - Rodeio;

II - Vaquejada;

III - Montarias;

IV - Provas de laço;

V - Apartação;

VI - Bulldog;

VII - Provas de rédeas;

VIII - Provas dos Três Tambores, Team Penning e Work Penning;

IX - Paleteadas; e

X - outras provas típicas, tais como Queima do Alho e concurso do berrante, bem como apresentações folclóricas e de músicas de raiz.

Parágrafo único: Considera-se patrimônio cultural imaterial do Brasil e do Estado as práticas constantes nos incisos deste artigo.

Art. 3º - Toda atividade equestre no Estado de Mato Grosso deve obedecer as normas vigentes de bem estar animal.

Art. 4º- São objetivos básicos para salvaguardar o bem-estar dos animais nos eventos de concentração:

I - promover a melhoria da qualidade do ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

II - assegurar e promover a prevenção, a redução e a eliminação da morbidade, da mortalidade decorrentes de zoonoses e dos agravos causados pelos animais;

III - assegurar e promover a participação, a educação sanitária, o acesso à informação e a conscientização da coletividade nas atividades envolvendo animais e que possam redundar em comprometimento da saúde pública e do meio ambiente.

IV – assegurar a ausência de fome e sede, com alimentação à disposição e suficiente;

V – assegurar a ausência de desconforto, através de local apropriado e área de descanso confortável, fazendo com que as instalações e edificações não sejam excessivamente quentes ou frias;

VI – assegurar a ausência de ferimentos e doenças, mantendo instalações e utilizando medicamentos, fômites, apetrechos técnicos, instrumentos, ferramentas ou utensílios adequados, bem como aplicar as vacinas devidas de forma a minimizar tais riscos;

VII – assegurar a liberdade comportamental, através de espaço suficiente e instalações apropriadas, gerando a possibilidade dos animais expressarem padrões de comportamentos normais e instintos inerentes a espécie;

VIII – minimizar situações de estresse, medo e ansiedade.

Art. 5º- Todos os bovinos e equinos devem estar acompanhados dos exames sanitários, os quais poderão ser solicitados à apresentação e inspeção a qualquer momento, por um representante do INDEA.

Parágrafo Único. Nos casos de eventos equestres, a apresentação e inspeção sanitária dos animais deverão ocorrer na chegada ao recinto.

Art.6º Para a realização de competição de provas equestres deverá ser assegurada a contratação de um inspetor de bem estar animal.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 7º – As promotoras de eventos, os administradores do evento, os veterinários, os competidores, os contratantes de gado, os juizes das provas, inspetores de bem estar, entre outros profissionais, devem possuir conhecimento das suas áreas de atuação e devem assegurar o bem-estar dos animais usados nas provas.

SEÇÃO I

Das Responsabilidades da Promotora de Eventos e Administrador

Art. 8º. - A promotora do evento ou administrador do evento são, em última instância, os responsáveis pela condução do evento e devem garantir o cumprimento dos padrões ora regulamentados, devem possuir competência e autoridade para cumprir com suas tarefas, bem como devem garantir que:

- I - todos os participantes e equipes estejam atentos aos requisitos preestabelecidos nesta lei;
 - II - O pessoal que esteja cuidando, manejando e tratando dos animais seja qualificado e competente;
 - III - veterinário habilitado examine todos os animais usados na competição antes, durante e após o evento;
 - IV - os animais que apresentarem fraqueza, problemas de visão, doenças ou ferimentos, devidamente atestados pelo médico veterinário habilitado, sejam removidos do rebanho;
 - V - os animais utilizados no evento estejam em conformidade com os padrões técnicos e legais;
 - VI - áreas anexas e cercados sejam inspecionados antes do início do evento e estejam de acordo com os padrões técnicos e legais;
 - VII - os equipamentos de competição sejam inspecionados, permitindo a percepção que o modo como estes são montados ou usados sobre o animal cumpram todos os aspectos conforme os padrões técnicos e legais.
- Art. 9º - Os juízes das provas são os responsáveis para assegurar ordem na competição, bem como o bem-estar dos animais que estiverem competindo na arena, campo, pista entre outros locais reservados as provas.
- Art. 10- O inspetor de bem estar animal é responsável para assegurar o bem-estar dos animais que estiverem competindo na arena, campo, pista entre outros locais reservados as provas.
- Art.11 - Os juízes e inspetores das provas tem a autoridade para remover dos locais destinados as provas quaisquer indivíduos que interferirem nas mesmas.

SEÇÃO II

Das Responsabilidades dos Competidores

Art.12 - O competidor é o responsável pelos animais que estiverem usando durante as provas, devendo:

- I - tratar de modo humanitário todos os animais com os quais eles interagirem;
- II - usar apenas equipamentos que cumpram os padrões técnicos e legais;
- III - obter tratamento rápido e apropriado para ferimentos a quaisquer de seus animais.

SEÇÃO III

Das Responsabilidades dos Veterinários Habilitados

Art.13 - O veterinário habilitado é responsável por:

- I - atestar sobre a saúde do animal e sua aptidão para a prova;
- II - examinar os animais na sua entrada no recinto; e
- III - lidar com as emergências.

SEÇÃO IV

Das Responsabilidades do Contratante de Gado

Art.14 - O contratante de gado é responsável pelo bem-estar e manejo apropriado de todos os animais do evento, devendo garantir que:

- I - o transporte e o manejo dos animais sejam feitos de acordo com as práticas para o bem-estar animal;

II - os animais fornecidos para ao evento estejam com boa saúde, acompanhados de todos os exames e atestados exigidos pelo órgão de defesa agropecuária e apropriados para o propósito para o qual se destinam, devendo os mesmos serem treinados para o tipo de modalidade a ser utilizado;

III - animais inaptos sejam retirados da prova;

IV - as instruções do médico veterinário habilitado e a empresa promotora de eventos ou administrador do evento sejam implementadas;

V - os bovídeos e os equídeos sejam colocados em cocheiras separadas nos anexos e durante o transporte;

VI - o tratamento apropriado seja prontamente dado a qualquer ferimento, bem como a assistência veterinária se requisitada.

CAPÍTULO III

EVENTOS EQUESTRES

Art.15 - Para consecução dos objetivos os criadores, os proprietários, os tratadores, os promotores de eventos e seus prepostos, os administradores do evento, os competidores, os contratantes de gado, os médicos veterinários, os cavaleiros e amazonas, entre outros que tem animais a seu cargo devem:

I - proceder a um manejo condizente com a espécie animal;

II - possuir conhecimentos e práticas comprovadas no manejo de animais;

III - transportar os animais em veículos devidamente aparelhados para a espécie;

IV – zelar pelo bem-estar animal durante a realização da prova ou evento, coibindo qualquer conduta agressiva com aos animais.

§ 1º - A proteção e integridade física dos animais compreenderão todas as etapas, desde o transporte dos locais de origem ao destino, o ingresso, o recebimento, as acomodações, o trato, o manejo, a montaria e o egresso.

§ 2º - Em todas as etapas de preparação e apresentação dos animais para competição, o bem-estar do animal deve estar acima de todas as outras exigências.

Art.16 - A entidade promotora e administradora competem manter, as suas expensas, durante a realização dos eventos de concentração, médico veterinário habilitado, ao qual estará afeta a responsabilidade do acompanhamento das condições físicas e sanitárias dos animais participantes.

Art. 17 - Todo evento de concentração que envolva equídeos e bovídeos deverá obedecer as diretrizes e normas constantes nesta lei de forma a garantir o atendimento aos princípios do bem-estar animal.

SEÇÃO I

Controle Antidoping

Art. 18 - Fica vedada a administração interna e externa de medicamentos com o fim de alterar efetiva e potencialmente o desempenho dos animais em provas e competições, ou mesmo, com o fim de retirar uma dor ou melhorar/mascarar uma condição de saúde que não permitiria sua participação no evento caso não fosse utilizado o medicamento.

Art.19- Os organizadores de competições devem, sempre que julgar conveniente e necessário, realizar o controle do uso de toda e quaisquer substâncias banidas e controladas em animais.

Art. 20- Deve ser vedada a participação do animal que receber qualquer tipo de medicação durante a realização de eventos, exceto por recomendação do médico veterinário respeitados os regulamentos

vigentes das associações de cada raça.

Art. 21- Deverá ser regulamentado os critério para a escolha dos animais para a realização dos exames antidoping, coleta de material e definição de penalidades para os casos em que o exame encontre qualquer substância banida ou controlada.

CAPITULO IV

DAS PROVAS

SEÇÃO I

Diretrizes Básicas

Art. 22 - Animais devem estar em forma e saudáveis para serem autorizados a competir.

Art. 23 - As provas não devem prejudicar o bem-estar dos animais, implicando uma atenção especial às arenas, campos, pistas de competição, pisos, condições atmosféricas, estábulos, segurança das instalações e saúde dos animais para viajar depois da participação no evento.

Artigo 24 – Deve-se denotar que todos participantes do evento geram esforços para garantir aos animais cuidados adequados depois de cada competição e que sejam bem tratados quando terminarem as suas carreiras desportivas, incluindo-se tratamento veterinário adequado.

Artigo 25 - Serão permitidas as atividades de montaria ou de cronometragem, em que entra em julgamento a habilidade do ser humano em dominar o animal, com perícia e elegância, assim como o desempenho do próprio animal.

Art.26 - É vedada conduta antidesportiva ou qualquer forma de má conduta que seja caracterizada irresponsável, ilegal, indecente, ofensiva, intimidadora, ameaçadora ou abusiva.

§ 1º - Aplica-se a provisão do caput deste artigo aos apresentadores, treinadores, proprietários, prepostos dos proprietários, sócios e não-sócios de associações de criadores, competidores e afins, espectadores e a toda pessoa presente no recinto do evento.

§ 2º - A direção do evento deverá expulsar imediatamente indivíduos que apresentem condutas antidesportivas no recinto e manter arquivado relatório por escrito sobre a conduta em questão.

SEÇÃO II

Bem estar dos Equinos

Artigo 27 - O cavaleiro que castigar e ou maltratar o equino ou cometer abuso intencional será desclassificado:

I – o cavaleiro que castigar, maltratar e/ou cometer abuso intencional ao equino, a qualquer hora e mesmo fora da pista;

II - todo cavalo que estiver com sangramento causado por ação direta do competidor, durante a competição quando do uso dos equipamentos (freios, barbelas, gamarras, esporas, chicote, pingalim, corda, etc);

III - animais que se apresentarem ao juiz com outros tipos de sangramento que não foram ocasionados por ação direta do competidor (sangrando pela boca ou narina);

IV - animais que se apresentarem com algum tipo de ferimento e caso houver sangramento durante a competição;

V - animal que se encontre taciturno, lerdo, apático, emagrecido, abatido ou excessivamente cansado;

§1º Nenhuma pessoa presente no local do evento, isto é, nas baias, boxes, área de treinamento, arena do evento entre outras, pode tratar o cavalo de maneira desumana.

§2º Nas hipóteses dos incisos III e IV, o juiz deverá informar a comissão organizadora de imediato para garantir que esse animal não corra mais nenhuma prova e categoria nesse mesmo evento.

Art. 28- São considerados maus tratos quaisquer práticas que provoquem no animal reações de desconforto prolongado ou permanente, dor, exaustão, tais como:

I – montar ou cavalgar animal em estado de subnutrição ou escore corporal igual ou inferior a 3 (três), conforme a escala de Henneke;

II – todas as formas de barrage ou “pincho”na prática de salto de obstáculos;

III – apresentar para a prova e treinamento animal que esteja aparentemente apático, fraco, letárgico, macilento, de expressão contraída ou excessivamente cansada.

Art. 29- Fica proibido:

I – usar equipamentos, tais como:

a. barbelas de arame torcidas ou excessivamente apertadas;

b. embocaduras cortantes ou pontiagudas;

c. barrigueiras, mantas e cabeçadas e selas abrasivas;

d. qualquer utensillio utilizado de maneira a provocar sangramentos, cortes ou abrasões;

II - colocar objeto na boca do animal de modo a causar desconforto ou sofrimentos indevidos;

III - amarrar ou prender qualquer objeto estranho no animal, cabresto, bridão e/ou sela a fim de dessensibilizar o mesmo;

IV - usar técnicas ou métodos de treinamento ou aquecimento que provenham golpes nas pernas do animal com objetos;

V - ‘spinning’ excessivos, sendo razoável não mais do que oito (8) voltas consecutivas em cada direção;

VI - mudar um obstáculo enquanto o animal estiver fazendo seu reconhecimento;

VII - ensinar sobre rampas em ordem inversa, isto é, do mais alto para o mais baixo;

VIII -usar equipamentos proibidos, tais como: embocadura serrilhada, hock hobbles (prendedores de jarrete), peiteira de tachas ou hackamores com tachas, entre outros;

IX – usar qualquer artigo, aparelho ou ferramenta que restrinja o movimento ou circulação da cauda do animal;

X – arrastar animais conscientes;

XI – aplicar tratamento intencional ou negligente que resulte em qualquer sangramento;

XII – permitir que o mesmo equino compita em mais de três categorias, na prova de tambor.

Art. 30- As regras previstas no Regulamento de Competições e Provas que visam o Bem Estar, dentre elas as que definem os equipamentos proibidos, proibição de alteração de função da cauda, claudicação, utilização de substâncias proibidas, dentre outros, também deverão ser observadas.

Bem Estar dos Bovídeos

Art. 31 - Todo gado deverá estar em forma, saudável e apropriado para o uso intencionado.

Parágrafo único. O número de vezes que o animal poderá ser utilizado na competição varia de acordo com o rigor do evento e o condicionamento do gado para o evento, entretanto deve-se adotar as seguintes medidas:

I - Em Apartação como em Team Penning e Ranch Sorting, prescreve-se um número ideal de cabeças de gado para cada tipo de prova; sendo que cada lote de gado não pode ser utilizado mais de uma vez numa mesma rodada;

II- O gado que é utilizado na prova de Working Cow Horse só pode ser usado uma única vez dentro da mesma rodada.

III - O gado utilizado em provas de Laço não poderá ser usado em provas de outras modalidades.

IV - Em todas as provas de Laço de Cabeça e de Pé, os chifres do gado deverão ser protegidos por capas.

Artigo 32 - As seguintes restrições deverão ser observadas.

§1º Pelos promotores e contratantes de gado:

I - o gado com chifres despreparados deverá ser evitado.

II - os bois deverão passar pelo brete para reconhecimento da arena no mínimo uma vez;

III - o gado utilizado em provas de laço individual deverão aparentar saudáveis e fortes, com peso mínimo de 80 kg;

IV - os bois usados em provas de derrubada e laço em dupla deverão estar saudáveis, com o peso mínimo de 200kg e no máximo 285Kg.

V – as fêmeas prenhas não devem ser usadas sob nenhuma circunstância em quaisquer eventos de competição;

VI - o gado não deve ser utilizado para provas mais de sete vezes num único dia, incluindo-se o aquecimento, treinos e a prova em si;

VII - os animais não poderão permanecer nos currais da arena mais de vinte e quatro horas após o evento;

VIII – O gado utilizado para as provas de laço individual e laço em dupla deverá ser treinado para uso nas respectivas modalidades.

§2º. Pelos Juízes e competidores.

I - é permitida apenas uma laçada, arremesso, em provas de laço individual e somente três laçadas são permitidas para cada dupla, no caso de provas de laço em dupla;

II - nas provas de laço a imobilização do animal deve ser realizada de forma rápida para evitar o estresse e sofrimento;

III - os competidores deverão utilizar técnicas e equipamentos apropriados para proteger o animal contra paradas abruptas após ser laçado.

IV – No Laço em Dupla, fica ambos os competidores, obrigados a retirar a corda do pito da sela, assim que o juiz baixar a bandeira finalizando a prova.

V - Qualquer brincadeira ou comemoração do competidor com o animal que demonstre agressão será entendida como ato passível de punição.

SEÇÃO III

Dos animais feridos nos locais de competição

Art. 33 - Os animais feridos nos locais de prova deverão imediatamente ser isolados de forma mais discreta possível e transportados por equipe especializada de atendimento.

§ 1º - Os animais feridos poderão receber tratamento no local das provas, a cargo do médico veterinário responsável

§ 2º - Se um animal apresentar lesões ou sofrimento, não responder ao tratamento e não puder ser deslocado sem lhe causar sofrimento adicional, poderá ser sacrificado, a cargo do médico veterinário responsável, seguindo os métodos humanitários, segundo a legislação específica vigente.

CAPÍTULO V

DO TRANSPORTE, INGRESSO E EGRESSO DE ANIMAIS

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 34 - Nenhum animal em trânsito poderá permanecer embarcado por período superior a 24 horas sem que receba alimento e água.

Art. 35 - Na realização dos eventos de que trata esta lei deverão ser atendidas as seguintes determinações e diretrizes básicas:

I - o transporte dos animais até o local do evento será feito em veículos apropriados para essa finalidade e de acordo com a espécie;

II – os veículos de transporte deverão oferecer conforto aos animais, não sendo permitida superlotação para evitar que os animais cheguem estressados;

III - o transporte deverá ser efetuado sem demora ao local de destino e as condições de bem-estar dos animais deverão ser verificadas regularmente e mantidas de forma adequada;

IV –o agente responsável pelo manuseio dos animais deverá desempenhar as suas tarefas sem recurso à violência ou a qualquer método susceptível de provocar medo, lesões ou sofrimento desnecessários;

V - aos animais deverão ser proporcionados em qualidade e quantidade indicadas para a sua espécie e o seu tamanho, água, alimentos e repouso a intervalos adequados;

VI - o carregamento e descarregamento deverão ser feitos adequadamente de forma a evitar lesões e sofrimento e a garantir a segurança dos animais;

VII- os animais deverão ser alocados em áreas de descanso convenientemente preparadas e adequadas para cada espécie, protegidas do sol, fornecendo-lhes água e alimentação apropriada;

VIII- para o egresso dos animais deverá ser respeitado o período de descanso antes de ser embarcado;

IX- a saída dos veículos só será permitida mediante a apresentação da Guia de Trânsito Animal.

SEÇÃO III

Do Manuseamento dos Animais para o Transporte

Art. 36 - É proibido:

I - bater ou pontapear os animais;

II - aplicar pressões em partes especialmente sensíveis do corpo dos animais, de uma forma que lhes provoque dores ou sofrimentos desnecessários;

III - suspender os animais por meios mecânicos;

IV - levantar ou arrastar os animais pela cabeça, orelhas, cornos, patas, cauda ou manuseá-los de forma a provocar-lhes dor ou sofrimento desnecessário;

V - utilizar agulhões ou outros instrumentos pontiagudos;

VI - usar instrumentos destinados a administrar descargas elétricas, exceto em bovinos adultos que recusem a mover-se durante o manuseio para o transporte e apenas se estes dispuserem de espaço suficiente para avançar, as quais não devem durar mais do que um segundo, devendo ser devidamente espaçadas e aplicadas apenas nos músculos dos membros posteriores, bem como não podem ser utilizadas de forma repetida se o animal não reagir.

CAPÍTULO VI

DAS INSTALAÇÕES

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 37 – Os estabelecimentos deverão conter instalações mínimas para a espécie que se destina, seguindo a norma técnica específica vigente relativa às condições de funcionamento, bem como as condições expressas nesta lei.

Art. 38 - As instalações deverão estar limpas, adequadamente iluminadas e com facilidade de acesso para o caso de emergências.

§ 1º - Não deverão ser encontrados arames soltos, saliências ou poças d'água na arena, campos, pistas, ruas de acesso, ou área das baias, exceto em caso de condições climáticas severas.

§ 2º - O piso da arena, da pista, entre outros locais de competição, deverá estar firme e nivelado, sem áreas escorregadias, desniveladas ou com buracos.

§ 3º - Quaisquer problemas deverão ser imediatamente comunicados ao pessoal da manutenção das dependências do local antes do evento e os reparos concluídos antes do início das provas.

SEÇÃO II

Dos Locais das Provas

Art. 39 - O veterinário habilitado, o contratante de animais, as empresas promotoras do evento ou os administradores do evento deverão assegurar que a arena, as rampas de acesso e áreas anexas, bem como pistas, campos de competição, entre outros locais de competição não comprometerão o bem-estar dos animais.

Art. 40 - As provas poderão ser paralisadas pelo juiz, pelo representante da promotora de eventos ou administrador do evento e pelo órgão oficial competente caso entendam que haja algum perigo no local da competição que comprometa o bem-estar dos animais e os competidores.

Parágrafo único. O evento ficará paralisado até que tal condição de insegurança seja corrigida.

Art. 41 - A empresa promotora do evento ou administrador do evento são os responsáveis em garantir que o piso da arena, pistas, campos, entre outros locais de competição, proveja tração e segurança para o pessoal

do manejo e os animais.

CAPÍTULO VII

ROTINAS GERAIS PARA TREINAMENTO DOS EQUINOS

Art. 42- As práticas de treinamento devem, preferencialmente, adotar as seguintes medidas:

- I- O treinamento de equídeos devem envolver reforço positivo (recompensa) a comportamentos adequados.
- II - Os métodos de treinamento e trabalho devem ser individualizados a cada animal e situação, respeitando as características de comportamento da espécie.
- III. As pessoas envolvidas no treinamento e condicionamento físico de equídeos devem ser encorajadas e incentivadas a buscar capacitação e atualização permanente sobre as atividades que desenvolvem treinamento e preparo dos animais.
- IV. As pessoas em treinamento ou com pouca experiência devem estar sob direta supervisão de pessoa com competência demonstrada.
- V. As pessoas envolvidas no treinamento e na montaria de equídeos devem estar cientes de que o bom desempenho dos animais resulta de combinação de fatores físicos, como equilíbrio e técnica do cavaleiro e capacidade dos animais de responder a comandos complexos, de forma que o uso de rédeas e embocaduras deixa de ser o principal instrumento de comunicação, passando a ser instrumento assessorio da comunicação entre animal e cavaleiro;
- VI - O programa de treinamento deve considerar as aptidões físicas e psicológicas do animal.
- VII – O animal deverá ser avaliado de forma periódica por um médico veterinário para prevenir lesões e sobrecarga de trabalho.
- VIII. Fêmeas prenhas, quando já em campanha esportiva, podem prosseguir em competições e treinamentos até o quarto mês de gestação.
- IX. No caso de modalidades esportivas e de treinamento que envolvam a utilização de bovinos, o bem-estar destes animais deve ser observado em todo o manejo, tanto no cotidiano, nas rotinas de treinamento, no transporte e durante as competições.

Art. 43 Fica proibido:

- I. Métodos de treinamento que se baseiem, por princípio, em intimidação e dor;
- II. O uso de equipamentos que provoquem choque.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art.44 Para a realização de todo evento equestre, a organização será obrigada a observar Regulamento de Competições e Provas próprio, que conste expressamente as penalidades em casos de descumprimento desta lei, sob pena de impedimento do evento.

Parágrafo único. A organização do evento poderá adotar o Regulamento de Competições e Provas de uma associação legalmente constituída e em operação.

Art. 45 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de lei em tela visa instituir normas e critérios sobre a prática esportiva equestre de forma a garantir o bem estar dos animais, no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

O intuito é promover e difundir os esportes equestres e ao mesmo tempo garantir o bem estar do animal junto ao público e aos participantes dos eventos, que envolvam concentração e apresentação de animais, de modo que em todos os eventos o bem estar dos animais seja uma prioridade. Por isso, a importância de garantir boas estruturas para a realização de eventos equestres, garantindo segurança ao público e aos animais evitando situações que possam colocar em risco o público, competidores e os animais.

Vale ressaltar, o amparo legal da Lei Federal nº 13.364/2016 e da Magna Carta em seus arts. 215 e 216, “os quais conferem proteção constitucional a toda ordem de manifestação cultural, garantem o devido amparo ao patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial,” bem como o respaldo no art. 225 da CF, que confere a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que impõe ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo. Portanto, a própria legislação federal prevê a proteção e a elevação da atividade equestre à condição de manifestação cultural nacional.

Por fim, considerando que a já citada Constituição Federal determinou que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural (CF, Art. 23); e deste modo compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, cultura e desporto (CF, Art. 24).

É que se faz necessário regulamentar, por meio desta Lei que ora propomos, as normas e critérios que envolvam a prática esportiva equestre no Estado de Mato Grosso.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 12 de Fevereiro de 2019

Dilmar Dal Bosco
Deputado Estadual